

Élcio diz que ônus será de Cardoso

O líder do Governo no Senado, Élcio Álvares (PFL-ES), considera indispensável a convocação extraordinária do Congresso, a partir de dois de janeiro de 1996, a fim de assegurar a aprovação das reformas propostas pelo Executivo. Lembrou o parlamentar capixaba que faltam, apenas, sete semanas úteis para que se encerre a sessão legislativa deste ano — o que ocorrerá no dia 15 de dezembro. Como há uma grande quantidade de matérias importantes de interesse do Governo, o senador acha que se justifica a convocação

extraordinária do Congresso, a partir do dia 2 de janeiro, para que a tarefa legislativa não seja interrompida pelo recesso.

O que temem os líderes governistas é que acabe se repetindo, no final do ano, o que se verificou antes do final de junho, quando o Governo parecia interessado em evitar o recesso legislativo de julho, mas não queria assumir o ônus da iniciativa, enquanto o presidente do Senado, José Sarney, tomou posição pública contrária à convocação extraordinária. É claro que a convo-

cação implica o pagamento de ajuda de custo e extraordinários para os parlamentares, o que importará em desgastes fatais junto à opinião pública. Será que o Fernando Henrique assumirá o ônus em nome dos interesses do País?", indagam os líderes governistas.

Necessidade — O líder do Governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), também entende que a convocação extraordinária do Congresso é uma necessidade, uma vez que falta pouco tempo para se encerrar a sessão legislativa ordinária. Nos cálculos de Germano Rigotto, a Câmara dos Deputados votaria o Fundo Social de Emergência, a reforma administrativa e as mudanças legais no Imposto de Renda, mas não daria tempo para que o Senado concluísse o processo de votação daquelas matérias ainda este ano, ou seja, até o dia 15 de dezembro.

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado, também se manifesta a favor da convocação extraordinária do Congresso para que se tenha condições de concluir todo o processo de votação das reformas até março de 96, em data que manterá certa distância das eleições municipais de 3 de outubro. (TH)

Arquivo



Élcio: "A convocação do Congresso é indispensável para aprovar reforma"